

UM OLHAR VOLTADO PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ASSENTAMENTO NOVO HORIZONTE¹

Juliana Ferreira de Sousa

Graduanda em Licenciatura em Ciências Humanas; julianacereja10@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão

Jullyana Cristhina A. de Freitas

Graduanda em Licenciatura em Ciências Humanas; jualmeida_freitas@hotmail.com

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO

O campo apresenta altos índices de analfabetismo devido à falta de ações afirmativas voltadas para sua população, o que piora quando se trata de um contexto de movimentos sociais, pois um cidadão alfabetizado é o mínimo que se requer quando se trata da participação política em espaços democráticos. Tendo isto claro, a formação das populações habitantes do campo têm se dado no convívio com a terra, constituindo assim, um saber genuinamente popular. Partindo destas perspectivas, apresentaremos um artigo relatando a experiência adquirida no Assentamento Novo Horizonte, com um olhar voltado para a educação, que não conta com políticas educacionais do governo para com o camponês, a partir das importantes contribuições de Paulo Freire e Libâneo, que apresentam uma educação específica voltada para a população do campo que objetiva dar ênfase aos anseios e convicções do camponês, para então, construir uma educação que realmente seja democrática.

Palavras-Chave: Analfabetismo; Movimentos Sociais; Participação Política; População do campo.

INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva relatar a experiência vivida no Assentamento Novo Horizonte, localizado no município de Montes Altos-MA, com um olhar voltado para a educação, considerando-a como parte integrante de um movimento social estruturado, o que envolve um contexto de luta por direitos por parte dos moradores da comunidade. A partir dessa perspectiva, teremos como base os pressupostos de Libâneo (2006), que por sua vez, é um autor que dá ênfase a questão da realidade social do aluno, propiciando dessa forma, a aquisição de um saber por intermédio da correspondência de conteúdos adequados aos interesses do estudante.

¹Projeto de Pesquisa que teve início com a disciplina de Produção e Organização do Espaço Agrário e Urbano do curso de Licenciatura em Ciências Humanas - LCH do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia - CCSST da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, ministrada pela professora Vanda Maria Pantoja.

Assim sendo, a referida perspectiva teórica nos ajuda a compreender melhor de que forma os professores da educação do campo adaptam os conteúdos do livro didático, que em geral é voltado para populações das grandes cidades, para uma realidade campesina que convive diariamente com a terra.

2. DESENVOLVIMENTO: Contextualização

O assentamento Novo Horizonte foi iniciado em 1998 por um grupo de pessoas, sob influência do MST, que vieram de cidades de grande e médio porte para produzir nessa terra, que antes se tratava de um território da união. Hoje, cerca de 40 famílias residem no referido assentamento, vivendo da agricultura familiar. O fato de que a maioria da população em questão veio de cidades, nos remete ao pensamento de que muitas das famílias assentadas não possuíam tradição campesina, contudo, para Leite (2012), assim como são válidas e legítimas as lutas de trabalhadores do meio rural que se engajam em movimentos pela democratização da terra, são também válidas as reivindicações de trabalhadores oriundos do meio urbano que buscam conversão aos espaços proporcionados pela Reforma Agrária.

Entretanto, o processo de constituição do Assentamento não o descaracteriza enquanto assentamento rural, uma vez que, as famílias lá assentadas passaram a integrar uma nova unidade produtiva, mesmo que essas famílias inicialmente sem-terra ou com pouca terra tenham saído da cidade para o campo. Portanto, o quadro educativo é resultado do percurso histórico pelo qual o Assentamento passou ao longo dos anos.

Por conseguinte, a escola investigada do assentamento Novo Horizonte denominada Escola Santa Paz, dispõe atualmente de três professoras, contratadas temporariamente pela gestão atual do município de Montes Altos-MA. É importante destacarmos que a referida escola não possui Projeto Político pedagógico – PPP, e não obstante, o PPP define a identidade da escola e indica caminhos para a realização do ensino visando geralmente qualidade na educação oferecida pela escola. Em relação aos professores da referida escola, apenas uma tem formação superior em Pedagogia, o que é pré-requisito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB, para que se leccione da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental. As outras duas, são formadas em nível médio/magistério. As três professoras, não participam de formações continuadas para o trabalho com turmas multisseriadas, nem de formações voltadas para a educação no campo, que é o que se espera de uma escola de assentamento.

O interesse para desenvolver o presente artigo no assentamento Novo Horizonte, originou-se de uma conversa informal com um colega de sala que reside no mesmo, a partir de leituras e discussões em sala de aula oriundas de uma disciplina do curso de Licenciatura em Ciências Humanas - LCH, ministrada por uma professora da instituição. Tal disciplina é voltada para a questão da territorialidade no que se refere a relação entre o meio rural e urbano, entretanto, logo após a visita, identificamos um problema de maior dimensão a ser analisado: a questão da educação que ainda tem muito a ser desenvolvida no sentido de considerar o processo produtivo do homem do campo, que exige uma didática que valorize o saber popular do mesmo, não obstante, é um trabalho complicado devido a falta de políticas educacionais, por parte do governo, voltadas para a educação do campo, que é uma modalidade do ensino que ocorre em espaços predominantemente rurais.

Por conta do fato de a escola desse campo em específico, contar apenas com uma sala de aula, os professores são conduzidos a desenvolver um trabalho multisseriado, misturando assim, as idades e os conteúdos, constituindo-se como o fator que leva ao insucesso das escolas do campo, sem contar com o fato de que os currículos fogem à realidade dos alunos.

2.1. Revisão de Literatura

Segundo Rocha (2004) a escola brasileira, de 1500 até início do século XX, serviu e serve para atender as elites, sendo inaccessível para grande parte da população rural. Para as elites do Brasil agrário, as mulheres, indígenas, negros(as) e trabalhadores(as) rurais não precisavam aprender a ler e escrever, pois, para desenvolver o trabalho agrícola o letramento era desnecessário.

Nesse sentido, através da nossa experiência de campo, constatamos uma deficiência acerca da educação voltada para as populações camponesas e da falta de ações afirmativas por parte do governo. Mesmo o Brasil sendo um país genuinamente agrário, Rocha (2004) evidencia que o governo criou ações afirmativas de caráter apenas emergencial voltadas para a população do campo, e nada foi feito no sentido de criar formas para preservar suas culturas e seu modo de vida.

Partindo da premissa de que, teoricamente, é obrigação do estado propiciar meios para a educação da população camponesa, e que a educação pode sim influenciar positivamente para o crescimento de um movimento social, que é a dimensão a qual os assentados estão inseridos, o professor também tem um papel fundamental nessa influência. Nesse sentido, quando se trata do papel crucial do professor em impulsionar a educação inserida num contexto de movimento social, Freire (2001) afirma que a prática educativa, se acha no centro destas preocupações, quer dizer, a

prática educativa viabiliza os conhecimentos em torno destas dos movimentos sociais. Desse modo, a prática educativa, tem que estar vinculada à questão da produção, da cultura, bem como da história.

Enfim, o processo de Reforma Agrária inaugura uma nova história dos homens e das mulheres. Inaugura uma nova cultura, a cultura que nasce de um processo de transformação do mundo, e por isto mesmo, ela implica em transformações sociais.

Seguindo essa perspectiva educacional campesina, como forma de mudança e de avançar no movimento social da comunidade, reafirmamos a importância de os camponeses serem ao menos alfabetizados, para que se constitua um espaço democrático e voltado para as lutas sociais, como propõe Perrella (2005-2009, apud Gohn, 2002), ou seja, os movimentos sociais sempre existiram e sempre existirão e são dotados de forças aglutinadoras de pessoas, de potencial de experiências sociais, que se tornam fontes de diferentes formas de processos educativos. E seguindo essa ideologia percebemos que o movimento social propicia a aprendizagem.

Através dessas abordagens teóricas constatamos que o professor tem um papel fundamental na formação política dos integrantes do movimento social, principalmente quando se trata do contexto da educação voltada para o campo. No entanto, essa não seria a única forma de intensificar o movimento social, não cabendo somente ao professor, pois o movimento por si só já possui um papel pedagógico no sentido de politizar os sujeitos que o integram.

É fato que a educação voltada para o campo é um processo que recentemente se inseriu na categoria educacional que abre para movimentos e se origina de movimentos. Tal fenômeno social e educacional é sem dúvidas, constituído e construído socialmente pelos sujeitos que o compõem objetivando, de forma direta ou indireta, uma certa oposição ao pensamento hegemônico que, segundo as pesquisas realizadas por Leite (1999) e Calazans (1993), evidenciam que a educação rural no Brasil - até a década de 1990, quando a categoria educação do campo inicia sua construção - está atrelada a um modelo de política econômica comprometido com as elites e ligada às oligarquias rurais. Portanto, não podemos esquecer de que o próprio movimento social, independente de escolarização institucionalizada, se trata de um processo educativo.

Nesse sentido, devido ao fato de que a escola em questão se trata de uma escola do campo inserida em um contexto que objetiva luta por direitos, não uma escola vinda da educação formal, e embora não se tenha métodos adequados que propiciem tal objetivo, podemos perceber a existência de professores que realizam essa tarefa com base na realidade do estudante. Nesse sentido, Libâneo (2006) destaca que a questão dos conteúdos deve privilegiar a aquisição do saber, e de um

saber vinculado às realidades sociais. Desse modo, é preciso que os métodos favoreçam a correspondência dos conteúdos com os interesses dos alunos.

É justamente através da dialogicidade, que se configura como eixo principal da teoria freireana, que o professor realiza a construção do conhecimento, buscando aproveitar os saberes que o estudante possui, e dessa forma, o novo conhecimento se apóia numa estrutura cognitiva já existente. Assim sendo, o entendimento que o aluno já possui acerca da realidade social é proveniente do convívio com seu espaço social e com a terra, que se constitui como um saber genuinamente popular, e isso deve ser considerado como indispensável.

Segundo Libâneo (2006) aprender, dentro da visão da pedagogia dos conteúdos, é desenvolver a capacidade de processar informações e lidar com estímulos do ambiente, organizando os dados disponíveis da experiência. Em consequência, admite-se o princípio da aprendizagem significativa que supõe, como passo inicial, verificar aquilo que o aluno já sabe. O professor precisa saber (compreender) o que os alunos dizem ou fazem, e, o aluno precisa compreender o que o professor procura dizer-lhes, para que o processo de ensino e aprendizagem se efetivem.

CONCLUSÃO

Diante das perspectivas aqui analisadas, sabemos que mesmo se tratando de um assentamento, o ensino não é voltado para a Educação no Campo, sendo semelhante ao que é oferecido nas cidades. Tal fato nos leva a pensar o quão é desafiante a tarefa de educar nesse assentamento, e até mesmo de manter ativo o movimento social, já que estamos tratando de assentados, pois somente através da educação é possível promover a politização necessária a populações que se encontram imersas num contexto de luta por direitos.

Contudo, pensamos que falta compromisso dos poderes públicos para com os povos assentados, o qual deve se refletir em políticas efetivas voltadas para o campo, que possibilitem a preservação da cultura desses povos através de uma educação que tenha caráter emancipatório e que esteja sempre em consonância com o movimento social do qual fazem parte, para que assim, as pessoas educadas no campo, não tenham uma formação de mentalidade burguesa que objetivam sair, o mais rápido possível, da realidade agrícola.

REFERENCIAS

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 21ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996.

LEITE, S. C. **Escola Rural: Urbanização e Políticas Educacionais.** São Paulo. Cortez, 1999.

CALAZANS, Maria Julieta. "Para Compreender a Educação do Estado no Meio Rural". In: TERRIEN Jacques. **Educação e Escola no Campo.** Campinas: Papirus, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação.** Cartas Pedagógicas e outros escritos. UNESP, p. 53 – 61, 1999.

Perrella, C. S. S. Tese intitulada intitulada **Formação e participação políticas de conselheiros de escola: o caso do município de Suzano – SP,** defendida em fevereiro de 2012 na Faculdade de Educação da USP.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais.** Petrópolis: Vozes, 2003.

ROCHA, Eliene Novaes. PASSOS, Joana Célia dos. CARVALHO, Raquel Alves de. Texto Base **Educação do Campo: um olhar panorâmico.** II Conferência Nacional de Educação do Campo. Luziania- GO, 2004.